

Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo

Jorge Kanehide Ijuim,
Herma Aafke Suijkerbuijk e
Laureane de Queiroz Schimidt

Resumo

A pesquisa procurou identificar alternativas metodológicas e didáticas para o ensino de jornalismo de forma que o educando vivencie, além da formação humanística sólida e a apropriação de técnicas, oportunidades para o desenvolvimento estético. Conforme alguns critérios foi analisada uma amostra de matérias publicadas em veículos impressos para verificar a existência de textos diferenciados que constituam relatos vivos e humanizados do cotidiano. Os resultados sinalizaram alguns recursos para se atingir tal fim. Estes podem ser utilizados em oficinas e vivências em sala de aula, além de representar sugestões de práticas ao ensino pautado por um fazer jornalístico equilibrado entre objetividade e subjetividade.

Palavras-chave:

Jornalismo, Estudos de jornalismo, Ensino de Jornalismo, Jornalismo humanizado.

Journalism: between the objective and subjective

Abstract

This research has tried to identify methodological and didactic journalism teaching alternatives. in order to offer students an opportunity to develop their aesthetic sense, as well as to grand a solid and a humanistic education and the technical skills. According to some criteria, it was analyzed a sample of printed articles in order to check the existence of texts that are humanized and vivid everyday life reports. The results have showned some resources that can be used to reach that goal. Those can be used in workshops and classrooms experiences. It also brings practical suggestions to an education that aims to make a balanced journalistic practice between objectivity and subjectivity.

Key words:

Journalism, Journalism studies, Journalism teaching, Humanized journalism.

Narrar é compreender(?)

O presente trabalho aborda algumas preocupações levantadas em duas pesquisas que coordenei em Campo Grande/MS, entre 2003 e 2007. Especificamente, trazemos aqui um momento da investigação que visou promover uma reflexão em torno de alguns aspectos do fazer jornalístico, buscando alternativas que permitam a melhor compreensão da complexidade da atividade.¹

Partindo do entendimento de que o papel do jornalista é construir narrativas do cotidiano, deve-se considerar que estas superam a visão simplista e consagrada de que cabe ao comunicador informar – dar a notícia. Construir narrativas deve envolver uma contextualização precisa e profunda, fruto de uma observação/percepção cuidadosa dos fenômenos sociais. Para as narrativas contextualizadas há que se contemplar os nexos, as significações desejáveis à audiência, de modo que estes sintam os sentidos das mensagens às suas vidas. Em suma, construir narrativas implica que o comunicador necessita absorver/compreender os fenômenos para poder narrá-los.

Dessa forma, como pode o comunicador construir narrativas se contar somente com fatores objetivos, uma razão empobrecida pela supremacia da técnica e da eficiência? Como pode o repórter “dar o fato” sem compreender os nexos de uma realidade complexa? Como pode este jornalista narrar as ações humanas se não estiver sensível e solidário às dores universais?²

Do ponto de vista da formação deste profissional, o desafio de jornalistas-educadores contemporâneos tem sido alcançar um *ser crítico e humano*. Alguns dos meios para a consecução de tal desejo pode ser, além da sólida formação humanística (senso crítico

– ética), a prática reflexiva de técnicas e habilidades específicas (desenvoltura técnica). Cabe, no entanto, amadurecer uma questão fundamental: como desenvolver o senso estético (desenvolvimento da sensibilidade – subjetividades)? Ou seja, como contribuir para a formação de um profissional que, além de tecnicamente eficiente e de considerável senso crítico, seja também humano?

Investigar alternativas metodológicas e didáticas refere-se à busca de instrumental e posturas que possibilitem apontar “frentes e abordagens” cada vez mais adequadas à observação/percepção, reflexão e expressão de mundo. Este estudo, portanto, procura apontar algumas alternativas metodológicas para o ensino de Jornalismo, de modo que os educandos vivenciem o objetivo e o subjetivo de forma equilibrada.

No presente artigo, discutimos e apresentamos resultados baseados numa amostra de reportagens publicadas em jornais impressos que possam representar um diferencial, alternativas no caminho dessas preocupações aqui expostas. Ao mesmo passo, também procuramos compreender alguns possíveis motivos para a prevalência de um modelo de jornalismo aqui criticado.

A ditadura da objetividade... ... ou a busca de um jornalismo humanizado

Talvez seja redundância falar em *jornalismo humanizado*, especialmente quando fazemos a releitura proposta por Alberto Dines de seu *O papel do jornal*. Comunicação tem origem no latim *communis*, comum e *communicare*, tornar comum, compartilhar (1986: 60). O jornal, como veículo de comunicação, abriga esse caráter de comunhão, de integração entre pessoas. Podemos, então, compreender

¹ Trabalho apresentado no NP Jornalismo do XXVIII Congresso da Intercom, Rio de Janeiro, 2005.

² Estas questões podem ser refletidas e aprofundadas a partir de Cremilda Medina, 2003.

que ao jornalismo cabe a tarefa de produzir o *relato das ações humanas* e, retomando a figuração elaborada por Abraham Moles, ser *vasos comunicantes* na sociedade – proporcionar essa comunhão. Mas, ao observar o cotidiano do jornalismo, podemos considerar essa redundância descabida? Seria excesso de zelo persistir nessa “redundância”?

Parece não ser difícil aceitar, como princípios norteadores ao fazer jornalístico, o *direito à informação* – fortemente arraigado pela tradição norte-americana – e o papel de contribuir com a *formação de opinião* – conforme ensina a escola europeia (Merton, 1970: 535-585). O direito à informação e a formação de opinião, além de representarem anseios mais universais, são conviventes – não conflitantes. Assim, podemos alinhá-los como *princípios humanizadores*, orientadores da nossa prática jornalística. Mas a prática do jornalismo é também determinada por outros elementos que o caracterizam e o consagram como mediadores socioculturais. Entre esses princípios, aqui acatados, e a prática da imprensa não há um só caminho – ou não há um só ‘como fazer’. A prática jornalística caminha sempre e igualmente por vias humanizadas, ou humanizadoras?

O questionamento sobre o ‘fazer jornalístico’ ganha sentido à medida que observamos em seu dia-a-dia alguns sinais de raízes profundas dos paradigmas fundados na certeza. A ciência acredita acumular verdades controladas que se transformam nas extensões técnicas e nas tecnologias. Seu rigor racionalizante – e racionalizador – acaba por definir certos códigos socioculturais que, inconscientemente, determinam posturas, maneiras de pensar e agir. O pragmatismo das sociedades modernas mostra agilidade e disciplina na atuação do comunicador, através de regras

A busca do comunicador não é um objeto – a verdade –, mas a compreensão sobre as ações dos sujeitos da comunicação, a expressão dos sentidos de sua consciência

do ‘como fazer’ (e como pensar). Ao adotar a racionalidade da ciência para esse fazer, a imprensa assume também uma visão de mundo que crê na concordância perfeita entre o racional e a realidade. Por isso, valorizando a experiência, o empírico, do inteligível ao previsível e mensurável institui a crença de que a imprensa deva ‘produzir verdades’. O ‘conhecimento certo’ defendido por Descartes e a ‘consciência autônoma’ (esclarecida) concebida por Kant inspiram a supervalorização do conceito de que a verdade está potencialmente no indivíduo. Freud, Marx e Nietzsche insurgem contra a “ilusão da consciência de si”. Como diz Paul Ricoeur, os mestres da suspeita propõem vencer a dúvida sobre a consciência por uma exegese do sentido. Por caminhos diferentes, os três pensadores caracterizaram uma nova relação entre o patente e o latente – entre a aparência e a realidade. Para os três, a categoria fundamental da consciência é a relação oculto-mostrado, ou simulado-mostrado (Ricoeur, 1978: 128-129).

Se acatarmos a necessidade de suspeitar do aparente, oculto ou simulado, podemos acompanhar Freud, Marx e Nietzsche em suas ‘resistências à verdade’. Com a prudência de não considerarmos as “certezas”, podemos então aceitar que a imprensa “busca a verdade”, o que está longe de “produzir a verdade”. Ao adotarmos a noção de que o jornalismo é comunhão entre humanos, podemos então entendê-lo como o compartilhar dos desejos coletivos. Se é assim, a busca do comunicador não é um *objeto* – a verdade –, mas a compreensão sobre as *ações dos sujeitos* da comunicação, a expressão dos sentidos de sua consciência. Cabe à imprensa, portanto, o dever de produzir *relatos verazes*, versões verossímeis, uma visão particular

sobre as ações humanas, que reúne o “real discursivo jornalístico”, o simbólico e o imaginário.

Como visão de mundo coerente, totalizante do universo, o pensamento cartesiano e a racionalização partem de dados parciais ou de um princípio único. Ou seja, ao privilegiar as partes em profundidade para conhecer o todo, determina a fragmentação também na forma de pensar “como fazer”. Dessa forma, o repórter corre o risco de concentrar sua atenção nos *fatos em si*, desprezando suas múltiplas conexões com outros fatos, perdendo-se a contextualização adequada e necessária à compreensão das ações que deram origem à matéria, muito menos do todo. Em 1973, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro já alertavam que *tecer o presente* requer arte. Ao discutir uma teoria da interpretação, os autores salientavam que não basta informar, mas é preciso contextualizar. Para tanto, à simples resposta à clássica equação 3Q CO PQ (*Quê, Quem, Quando, Como, Onde e Por quê?*), acrescenta-se uma questão fundamental: em que contexto? Para elaborar essas questões, Cremilda e Leandro encontraram em Freud a desmistificação simbólica como forma rica de determinar o sentido da realidade objetiva; em Nietzsche verificam o sentido como um conjunto de forças, de ações ou reações; e em Marx a importância de penetração nas aparências para se chegar à essência. Desde então, os autores estabelecem o tom à arte de relatar o cotidiano de forma que este apresente, mais que a explicação, a compreensão através do relato contextualizado das ações humanas. Mas, em última instância, cabe ao leitor dar significação ao relato dos fatos jornalísticos, é esse *diálogo possível*, entre o emissor-leitor, que torna as matérias escritas em relatos vi-

vos do cotidiano.

E para ir além da explicação e alcançar o nível da compreensão, deve-se também relativizar uma das conseqüências de um dos primados da ciência moderna. Como vimos, a preocupação de Descartes com a individualidade e a universalidade também provocou a separação entre o ‘sujeito’ e o ‘objeto’ a ser conhecido, dando origem ao que Morin caracteriza como o pensamento disjuntivo. Além de proporcionar uma visão fragmentada e fragmentária, essa postura fez supor a exigência do distanciamento entre o observador e o objeto observado, ou seja, para que haja um conhecimento objetivo, o sujeito deve conservar-se fora da contradição e examiná-lo à distância. O materialismo dialético já se contrapunha a essa atitude, considerando que o observador deve instalar-se no meio da contradição objetiva, pensá-la e expô-la no interior dela. A objetividade positivista também entende, portanto, que o sujeito tem que se desvincular de qualquer condição subjetiva – esvaziado de qualquer afetividade. Mas o *pensamento complexo*³, admitindo um caráter inclusivista e integrador, além de acreditar na necessidade de pensar por contradição, admite a dificuldade de o observador separar ou dispensar sua subjetividade. O aprimoramento dos sentidos e a elevação da sensibilidade do sujeito, ao contrário, permitem-lhe também a elevação de sua capacidade intuitiva, o que contribui com suas habilidades para observar e se expressar. *Tecer o presente*, como sublinharam Cremilda e Leandro, requer identificar a essência, os sentidos dos fenômenos, o que parece pouco viável ignorando-se a condição subjetiva.

Discutidos esses primeiros pontos que indicam a necessidade de um jornalismo humanizado podemos, então, assinalar algumas

³ *Pensamento complexo – noção refletida por vários autores contemporâneos a partir dos estudos de F. Capra, entre eles Edgar Morin, 2006.*

características desejáveis a essa noção de jornalismo:

Relato das ações humanas

O fazer jornalístico *busca versões verdadeiras* e não, necessariamente, *produz a verdade*, pois o jornalista não se relaciona com um *objeto* de conhecimento, mas com *outros seres humanos* envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência.

Na procura da *essência* dos fenômenos, o comunicador atribui-lhe *significados*, os *sentidos*, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a *compreensão* das ações humanas. Busca-se a compreensão, conta com observação objetiva, mas para isso, recorre a um caráter humano nato, a subjetividade, o fundo intimista capaz de tornar a narração viva – humana. A observação e a expressão dessa compreensão, assim, dispõem dos recursos de todos os órgãos dos sentidos, que envolvem emoções, afetividades – *subjetividades* (Ljuim, 2005: 40).

Habilidades humanas / humanizadoras

– Se acatarmos a noção de que o fazer jornalístico deve produzir o relato verdadeiro e compreensível das ações humanas, cabe verificar algumas necessidades e/ou habilidades do comunicador para realizar tal tarefa. A expressão dos sentidos de fenômenos é ação simultânea e imbricada às operações mentais do observador-comunicador, enquanto sujeito individual e como membro de um todo – histórico e social. L.S. Vygotsky alerta que

O significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida em que o pensa-

mento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa – uma união da palavra e do pensamento. (Vygotsky, 1987: 104)

Por esse raciocínio, pode-se compreender que um relato das ações humanas – a compreensão dos sentidos de fenômenos – é fruto da observação/percepção e, ao mesmo tempo, da reflexão desses fenômenos. Ora, a compreensão de um fato é, simultaneamente, a expressão e a reflexão sobre esse fato. Ou ainda, no dizer de Vygotsky, o pensamento verbalizado ou a fala significativa. Dessa forma, como diz Humberto Maturana, “o que se observa depende do observador” (Maturana in Thompson, 2000: 61). A relação observação-observado-percebido depende, por um lado, do grau de congruência entre o sujeito-comunicador e o momento histórico social, ou ainda, depende da visão de mundo [repertório, cognitivo e sensorial], do nível de consciência sobre o fenômeno que se apresenta. Essa congruência desejável, em outros termos, significa a disposição – ou o desejo – do observador-jornalista para a necessária sintonia e cumplicidade com o mundo histórico-social.

Parece oportuno acrescentar à discussão mais um aspecto que interfere de maneira significativa no fazer jornalístico: a questão da *responsabilidade*, ou da *autoria* do relato das ações humanas. Para tanto, recorro à reflexão que Manuel Carlos Chaparro quando afirma que o jornalismo caracteriza-se por ações conscientes, controláveis e intencionadas e, por isso, “cada jornalista é responsável moral pelos seus fazeres” (1994: 22).

Essa responsabilidade moral – autoria -

**A compreensão
de um fato é,
simultaneamente,
a expressão e a
reflexão sobre
esse fato**

está vinculada aos princípios éticos do jornalismo e, necessariamente, do jornalista – um ser humano. Bertrand Russell destaca que “todos nós somos aquilo que as circunstâncias fizeram de nós mesmos” (1956: 91). Em seus estudos sobre a ética e a moralidade, o autor enfatiza que as escolhas do ser humano para suas aspirações de liberdade e bem-estar decorrem de um quadro de referência determinado pelas condições histórico-sociais, mesmo porque suas opções de conduta também são determinadas por motivos objetivos e subjetivos. O certo ou o errado, o bem ou o mal são definidos por uma comunidade com a atribuição de valores, segundo uma ideologia, de conceitos de louvor ou censura, estabelecendo uma consciência que orienta as ações do indivíduo. Uma ação objetivamente certa, para Russell, é a que melhor serve aos interesses do grupo eticamente dominante – desejadas pelo grupo. E, se essas ações são definidas pelos desejos, não são decisões estritamente racionais, objetivas. O quadro de referência, portanto, pode ser ampliado e/ou reformulado de acordo com a vivência, do exercício do debate, da reflexão do indivíduo e do grupo. Esse exercício ético, ou seja, o debate e a reflexão contínua sobre o desejável para si e para os outros podem refletir na elevação do nível de consciência – a visão de mundo que orienta as ações dos indivíduos, seus propósitos e intenções.

Essa postura reflexiva parece, portanto, um aspecto indispensável ao jornalista para a sua tarefa de atribuir significados aos fenômenos. Pelo exercício ético, com a elevação do seu nível de consciência, poderá melhor pensar-expressar, compreender e levar a compreensão à audiência, como autor e responsável moral por seus fazeres

Não cabe ao profissional somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público

poderá constituir, mais que “notícias”, os relatos humanizados e humanizadores que promovam o debate, que contribuam com a ‘inter-relação de pessoas’ com quadros de referências diferentes. Esta postura colabora com a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se este compromisso constituir um propósito e um dever e querer-fazer do jornalista, ele estará contribuindo para estender ao seu público o exercício ético do qual participa diuturnamente.

A partir dessa consciência e responsabilidade inerente a cada profissional, podemos assinalar aqui os atributos que considero indispensáveis para a prática jornalística: *observação* e *reflexão* de mundo, de modo que, *percebendo-o*, possa *expressá-lo*. Não lhe cabe, portanto, somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público – os outros seres humanos.

Habilidades X Desafios – Diante desse quadro, torna-se oportuno alinhar essas habilidades, aqui discutidas, a certos desafios, propostos por Cremilda Medina, que o jornalista deve encarar para o desenvolvimento de sua tarefa de narrar as ações humanas (Medina, 1999: 26).

Se ao comunicador, em seu dia-a-dia, são exigidas as habilidades de *observar*, *refletir* e *expressar* o cotidiano, este tem no desafio *técnico* a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à veracidade e à compreensão dos fenômenos complexos

cognitivos e sociais. Pelas técnicas narrativas, cada vez mais aperfeiçoadas, o comunicador desenvolve sua capacidade de expressão e apreensão do discurso do outro. No sentido *ético*, encontra o campo que permite a elevação do nível de sua consciência e o alargamento de sua visão de mundo; no aperfeiçoamento ético está a âncora do fazer jornalístico, que também lhe permite a sintonia e a cumplicidade com o universal – compaixão, solidariedade. Nesse esforço contínuo, pelo alargamento da visão de mundo, está o quesito indispensável ao comunicador de reflexão. Do ponto de vista *estético*, transcende as técnicas para alcançar a criatividade, para levar às narrativas os signos contextualizados e regenerados e dar vazão à visão solidária e à intuição – pela empatia, sentimento de intimidade. Como sugere Restrepo (1998: 29-37), trata-se de reeducar os sentidos, superar a cultura audiovisual predominante no ocidente para integrar os recursos do olfato, da gustação e do tato – sinestésias que, interagindo com a capacidade auditiva e visual, desenvolvem maior e melhor observação, ampliam o potencial cognitivo, como também permitem maior sensibilidade, intuição, emoção. No aperfeiçoamento estético está, por um ângulo, a possibilidade de obterem-se relatos mais criativos e contextualizados e, por outro (e por isso mesmo), a maior capacidade de observação/percepção.

Além dessa relação horizontal entre os *desafios* e as *habilidades*, deve-se pensar nas relações verticais e transversais entre estes pontos. No aspecto estético, a observação cada vez mais apurada não permitirá somente ampliar o potencial cognitivo, mas trará também maior sensibilidade para

**O relato
jornalístico não
é produto de
simples execução
de técnicas
narrativas, mas
fruto amadurecido
da observação
apurada, da
reflexão dedicada
e da emoção
solidária do
comunicador**

alcançar a profundidade e a complexidade do momento histórico-cultural. Vale dizer, ver, ouvir, cheirar, sentir mais e melhor para acurar a percepção e, com isso, refletir melhor e relatar com mais veracidade, afeto e brilho. No sentido ético, deve-se transcender a pergunta se tal matéria ou enfoque é moral ou não. Trata-se de discutir, debater a diversidade de questões que afligem o mundo, para que não se incorra em juízos precipitados ou pouco refletidos. É justamente o alargamento da visão de mundo que propicia a superação de preconceitos e generalizações apressadas, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de identificar, reconhecer e respeitar o outro – solidarizar-se à dor e à alegria universais. O aperfeiçoamento ético, portanto, permite melhorar tanto a percepção quanto a sua narração. O relato jornalístico, assim, não é *produto* de simples execução de técnicas narrativas, mas *fruto amadurecido* da observação apurada, da reflexão dedicada e da emoção solidária do comunicador.

Narrativas diferenciadas

Com base nessa reflexão, procuramos estabelecer alguns critérios que pudessem pautar uma observação em jornais impressos de Mato Grosso do Sul e, para ter um referencial de outros centros, em jornais de São Paulo (capital). Como parâmetros iniciais estabelecemos a leitura mais em matérias que dispusessem de: personagens (mais que simples fontes), melhor e maior contextualização, recursos narrativos diferenciados. A amostra escolhida forma dois jornais diários de Campo Grande (MS), dois jornais do interior do estado e dois da capital paulista, em 2004.

Algumas matérias aqui apresentadas e discutidas representaram respostas a algumas indagações do grupo:

- Por que há matérias em que as fontes são apenas colocadas de forma burocrática? Seria apenas para 'justificar' e atender às normas dos manuais de redação?

- Como, por exemplo, numa matéria sobre desemprego, há em geral a discussão de dados e tabelas estatísticas e não há sequer um depoimento de um desempregado?

- Por que, em geral, os textos são tão formais, e apresentam tão pouca contextualização, tão poucos nexos com o cotidiano?

As matérias que respondem às nossas indagações e os profissionais que visualizam existem. Em seguida, discutiremos alguns casos desse breve levantamento:

Uma (boa) referência - A matéria que inspirou este estudo é de 1999. O blecaute que abalou a maior parte do território nacional em março de 1999 mereceu ampla cobertura da mídia. Muitos minutos em rádio e TV e edições especiais dos veículos impressos... tudo em nome da completa informação e orientação à população. Em 13 de março, a *Folha de S. Paulo* distribuiu um caderno especial com 'tudo sobre o blecaute': as explicações técnicas sobre as possíveis causas do acidente, opiniões de especialistas, as cidades paradas, a apreensão da população, as projeções das perdas financeiras, tudo ilustrado com amplos e completos infográficos. A agilidade, a capacidade de cobertura e a competência para explicar da *Folha* foram extraordinárias.

Numa edição tão completa, pelo menos uma matéria parece estar em 'contraste' ao esquema de cobertura tão eficiente do jornal. "Um corpo cai, quase invisível, sobre a cidade sem luz", (*Folha de S. Paulo*, 13/03/1999) Tratou da história de uma moça

Por que há matérias em que as fontes são apenas colocadas de forma burocrática?

que, em meio à 'escuridão', caiu do 10º andar de um prédio da avenida Nove de Julho, região central da capital paulista.

O assunto em si poderia simplesmente ser tratado numa nota na coluna policial, num cantinho do *Cotidiano*. Poderia... se o repórter apenas estivesse 'apegado ao fato', se o repórter (sujeito) apenas estivesse apegado ao fato (objeto). Mas não foi o caso. A *pessoa Armando Antenore* (na época repórter especial da *Folha*) relatou as ações da *pessoa Maria Aparecida*, nascida em Mogi das Cruzes, que morava sozinha, num apartamento alugado, dos mais simples, de um dormitório. Para isso, conversou com *peessoas* como Corbiniano Santana, zelador do prédio; Nilson Bergamini Alves, dono do bar Rosa do Trianon; Welson de Oliveira, sócio do bar Galo Rei, além de uma garçonete do mesmo bar; mais um morador que não se quis se identificar; funcionários do pronto-socorro do Hospital das Clínicas (HC); ainda checou informações com os registros do 4º Distrito Policial e da UTI do HC. Para este relato, o repórter também procurou vivenciar o clima dos arredores, poucos minutos após a queda de Maria Aparecida e viu homens e mulheres bebendo sob a claridade precária de velas, como também, no outro dia, viu que quase não havia mais sinais do incidente em frente ao prédio, apenas alguns galhos arrancados das árvores sobre os quais a moça bateu antes de tocar o solo.

O relato das ações humanas de Armando Antenore não apresenta "verdades factuais", isto é, no sentido da almejada objetividade e neutralidade pregadas nos manuais de jornalismo em referência ao texto noticioso e, nem explicações lógicas para querer convencer o leitor da veracidade de suas investigações, mas traz provocações. Narra a história de forma contextualizada e, ao invés de fazer

afirmações, faz indagações, sem tentar chocar o leitor com um texto ‘afetado’. Desse modo, o repórter buscou reconstituir, pelo *diálogo possível* com as *pessoas* da redondeza, o modo de vida, a solidão, a angústia, o desespero, a escuridão das tantas *Marias Aparecidas*, de uma metrópole como São Paulo, sintetizando esses estados existenciais com a metáfora: “Um corpo cai, quase invisível”. Mais que explicar um fato, o *ser Antenore [humano]* noticiou, com sutileza e sensibilidade, uma *história de seres humanos*.

O repórter especial da *Folha* fugiu ao esquema de cobertura? Ou faz da sua vida profissional a *busca de brechas no sistema* para praticar um jornalismo humanizado? O questionamento é válido quando relembramos a existência de manuais de redação [da *Folha* ou de qualquer outro veículo de comunicação] que estabelecem normas e regras que visam a garantir um ‘padrão de qualidade ao seu produto’. Antenore desrespeitou o manual da casa ou, como repórter especial, está autorizado a driblar as regras? Tudo indica que sim... pois sua *notícia* foi publicada.

Garimpagem pelas páginas impressas

– O caderno de economia de *O Estado de São Paulo* trouxe “A cidade das frutas, flores e 50 mil pessoas”, de Carlos Franco (25/4/04). É possível perceber que a pauta era baseada em um documento com diversos números sobre a Ceagesp, mas o jornalista teve a preocupação de humanizar os números com depoimentos de empregados, vendedores, fornecedores e pessoas que participam desse comércio. No parágrafo que abre a matéria: “... o pernambucano Eduardo Souza Marinho, de 49 anos, há 20 levanta às 3h da manhã, para meia hora depois

começar a arrumar as caixas de madeira... o ritmo de trabalho de Marinho é veloz, passa a caixa a um, que repassa para outro, que entrega ao parceiro e este a aquele que descarrega o caminhão com laranjas...” Os números vão aparecer ao longo da matéria, mas através do relato de personagens que vivem o dia a dia da Ceagesp. Essa matéria tenderia a ser “burocrática”, como se diz no meio jornalístico: documento não se “entrevista”, no mais das vezes ele deve servir de base a uma matéria.

Como será trabalhar numa fábrica de chocolate? Será que as pessoas têm vontade de comer o doce toda hora? Na matéria “Beliscando no expediente”, da *Folha de São Paulo*, (Classificados e Empregos – 11/04/04), várias pessoas que trabalham com alimentos contam como reagem àquela vontade de comer. Algumas beliscam durante o expediente, como Carmen de Souza, que trabalha há 13 anos numa fábrica de chocolates e come seis bombons por dia. Carmen de Souza, 30, que atua na produção da Fachga Chocolatier, precisa se controlar para não dar prejuízo à empresa, mesmo já estando 13 anos na rotina. “Chega a dar urticária de tanta vontade”. Apesar da degustação não ser proibida, ela tem medo de ser flagrada.

Outros, de tanto manipular o alimento, sequer sentem vontade de comer, como João Luiz Loureiro, que trabalha no Habib’s há 12 anos e produz 200 mil esfihas mensalmente. “Só de ver a quantidade, já me sinto satisfeito”. Na matéria ainda constam os depoimentos dos donos das empresas de alimentos que divergem entre proibir ou consentir o consumo dos alimentos no expediente e ainda especialistas que explicam o porquê da pessoa não sentir vontade de comer. A matéria começou falando de pessoas que gostam e não gostam de comer no trabalho, ainda mostrou

O repórter especial da *Folha* fugiu ao esquema de cobertura? Ou faz da sua vida profissional a busca de brechas no sistema para praticar um jornalismo humanizado?

o ponto de vista dos empresários e uma explanação de especialistas. Quem achava que trabalhar numa fábrica de chocolate seria uma maravilha, pode perceber que a possibilidade de enjoar do produto é grande. Ela mostra as várias faces na produção do alimento, desde o que pensam as pessoas que manipulam o alimento até o que seus padrões pensam sobre ele comerem produtos da empresa, dando um contexto bastante geral sobre o assunto, que é beliscar no expediente.

Infelizmente poucas matérias atenderam aos critérios nos jornais de Mato Grosso do Sul. Entre os poucos exemplos temos “Internas recebem visitas especiais”, publicada no *Diário do Pantanal*, na editoria Campo Grande (12/04/04, assinada por Mirella Bernard. A jornalista poderia explorar mais o seu tema, buscando outras histórias, mas a forma como foi apresentada conseguiu, ainda que timidamente, mostrar que há uma iniciativa de um jornalismo diferenciado. Note: “... na hora da despedida, a família que passou o domingo de páscoa junta, fica com lembranças dos bons momentos. Agora só na próxima visita...”. Outro exemplo é a matéria “Lar vovó Miloca abre as portas para a população”, na editoria Campo Grande (10-11/04/04), de Fabrícia Carvalho. A jornalista também poderia ter aprofundado mais no assunto, mostrando mais histórias. Como de Nayara: “Tímida ela conta que gostou de receber as guloseimas, mas se pudesse fazer um pedido para o coelhinho da páscoa iria solicitar uma boneca nova...”.

Driblando regras – O estigma de que o jornalismo on-line, em função da necessidade da agilidade, reserva-se a disponibilizar apenas notas, despertou no grupo de

O leitor não precisa somente de explicações lógicas, mas de histórias contextualizadas e dialogadas

pesquisa a curiosidade de fazer, ainda que de forma breve, uma sondagem pela busca de relatos diferenciados. Entre as poucas matérias que alcançaram certa aproximação aos critérios de nossa observação destaca-se “Quando a liberdade é o presente ideal para a mãe”, de autoria de Fabiana Silvestre, disponível no *Campo Grande News* (10/05/2003). Ao passar uma manhã inteira numa cela do Presídio Feminino, Fabiana relatou histórias das detentas com vistas ao “Dia das Mães”. Quando o site noticioso estava recheado de informações sobre festas, promoções do comércio e homenagens, a repórter foi buscar personagens que são espelhados na mídia em indiciamento, apreensão de drogas, rebeliões, fugas... Fabiana driblou regras do jornalismo on-line? Ou teve competência e sensibilidade de buscar narrativas humanizadas e humanizadoras?

Por esses exemplos, percebe-se que as narrativas do cotidiano são produzidas de acordo com relatos humanos, por isso o jornalista, ao sair da redação, parte da idéia de que a matéria é a narração de uma história com personagens, cenário e roteiro. E que o leitor não precisa somente de explicações lógicas, mas de histórias contextualizadas e dialogadas.

Criatividade na edição – Ao avançar o estudo, estendendo a observação a edições impressas, destacamos um conjunto de matérias de configuram o que podemos considerar o bom uso dos recursos de edição. O caso “Grafite”, o jogador de futebol que teria sido agredido moralmente por um atleta argentino, em abril, mereceu grande espaço na mídia nacional. O caderno *Aliás*, de *O Estado de S. Paulo* (17/4/2005), abordou o assunto de forma interessante. Após manchete instigante de capa “As variações

da cor grafite”, trouxe nas páginas internas “No reino do futebol, os negros têm sangue azul” e, ao lado “Bola dentro, mas ainda falta a prorrogação”. O conjunto de textos forma uma provocação: não basta exaltar o negro, participar dos protestos anti-racistas, mas debater concretamente a questão racial neste país!

Se não bastasse, o resumo da semana publicado em *Aliás*, reviveu a visita do presidente Lula ao Senegal, oportunidade em que pediu perdão oficialmente ao povo daquele país pelo advento da escravidão em que o Brasil foi beneficiário. A edição fecha com “Terça-feira de altos despachos”, sobre a visita de uma comitiva de mães de santo ao Palácio do Planalto.

Nota-se o uso feliz e oportuno de recursos de edição, reunindo num só caderno matérias que se completam e contextualizam de forma criativa e provocadora o leitor. Por isso, consideramos que a edição também passa a ser um critério ou um parâmetro adequado à construção de narrativas humanizadas.

Considerações finais

Pudemos constatar que a matéria jornalística que atende aos critérios deste estudo existe, assim como o jornalista competente em técnicas e comprometido socialmente. Da mesma forma, este profissional demonstra ser sensível, observador, que usufrui das subjetividades para perceber da melhor forma os fenômenos sociais. Por esses resultados, ainda que parciais, podemos apontar alguns itens que poderão enriquecer as oficinas e práticas que comporão a próxima etapa desta pesquisa. Estas visam experimentar a produção de narrativas a partir desses pressupostos:

Deslocamento do que para quem: abordagem em que o ponto de partida é o ser humano, o *quem*, quando o repórter não se restringe a “dar o fato”.

Deslocamento de editoria: o profissional não se fecha na editoria; sua transgressão permite, por exemplo, ir além da pauta original de economia para superá-la e produzir uma narrativa com “tons” de *comportamento*.

Recursos de edição: Reunião criativa de matérias que se entrelaçam e favorecem a audiência a compreender mais facilmente os nexos de fenômenos de uma sociedade dividida e estratificada.

Sobre os autores

*Jorge Kanehide Ijuim, Doutor em Ciências, professor de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
email: ijuim@uol.com.br*

*Herma Aafke Suijkerbuijk, jornalista.
email: herma_jor@yahoo.com.br*

*Laureane de Queiroz Schmidt, jornalista.
email: laurejornalista@yahoo.com.br*

Referências

- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo. Cultrix, 1993.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo*. São Paulo. Summus, 1994.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal – uma releitura*. 4 ed. São Paulo. Summus, 1986.
- IJUIM, Jorge Kanehide. *Jornal e vivências humanas: um roteiro de viagem*. Campo Grande (MS) – Bauru (SP). Edufms – Edusc, 2005.
- MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (orgs). *Caminhos do saber plural – Novo pacto da ciência 7*. São Paulo. ECA/USP, 1999.
- MEDINA, Cremilda e LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente*. São Paulo, Media, 1973.
- MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente – narrativas do cotidiano*. São Paulo, Summus, 2003.

MERTON, Robert L. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo. Mestre Jou, 1970.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre. Sulina, 2006.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis. Vozes, 1998.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro. Imago Editora, 1978.

RUSSELL, Bertrand. *A sociedade humana na ética e na política*. Trad. Oswaldo de Araújo Souza. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1956.

THOMPSON, William Irwin (org). *Gaia – uma teoria do conhecimento*. Trad. Sílvio Cerqueira Leite. São Paulo. Gaia, 2000.

VYGOTISKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jéferson Luiz Camargo. São Paulo. Martins Fontes, 1987.

Recebido em 3 de março de 2008

Aprovado em 28 de abril de 2008